

“O homem é o senhor de suas ações”: a concepção de escolha em Tomás de Aquino e Jean-Paul Sartre¹

“Man is the lord of their actions”: The conception of choice in Thomas Aquinas and Jean-Paul Sartre

Terezinha Oliveira²
Universidade Estadual de Maringá

Lais Boveto²
Universidade Estadual de Maringá

Resumo

Neste texto, estabeleceremos aproximações entre as concepções de escolha de Tomás de Aquino (1224-1274) e de Jean-Paul Sartre (1905-1980). A intenção é propiciar uma reflexão sobre a permanência de características essencialmente humanas, mesmo em condições históricas – e teóricas – muito distintas. A análise segue os pressupostos da História Social, sob a perspectiva de longa duração de Braudel. Com efeito, é possível identificar analogias entre o conceito tomasiano e sartreano de escolha, o que nos permite, no campo educacional, realizar inferências sobre a responsabilidade do homem em relação a suas ações.

Palavras-chave: escolha, educação, Tomás de Aquino, Jean-Paul Sartre.

Abstract

In this paper we present an approach between the conceptions of choice in Thomas Aquinas (1224-1274) and Jean-Paul Sartre (1905-1980). The purpose is to offer elements for a reflection on the permanency of essentially human characteristics under quite different historical – and theoretical – conditions. The analysis follows the assumptions of Social History, from Braudel’s perspective of Long Duration. In fact, it is possible to identify analogies between Thomas’ and Sartre’s concepts of choice, which allows us, in education, to make inferences about man’s responsibility for their actions.

Key words: choice, education, Thomas Aquinas, Jean-Paul Sartre.

¹ Texto parcialmente publicado nos Anais do X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e I Seminário Internacional de Representações Sociais – SIRSE, realizado em 2011 pela PUC-PR em Curitiba.

² Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação. Av. Colombo, 5790, Jd. Universitário, 87020-900, Maringá, PR, Brasil. E-mails: teleoliv@gmail.com; laisboveto@hotmail.com.

Introdução

Compreender o homem além das questões presentes é essencial para o campo educacional. A história do pensamento educacional nos permite “desnaturalizar” alguns conceitos que são, muitas vezes, apresentados como verdades absolutas. A capacidade de escolha de cada indivíduo, por exemplo, em muitos momentos, é tratada como algo irrelevante frente ao que se denomina “pressão social”. Se, por um lado, atualmente, aponta-se a educação como redentora dos males sociais, por outro, uma infinidade de aspectos políticos, econômicos e culturais impedem que a redenção ocorra. Muitas são as justificativas para que a educação não realize plenamente suas possibilidades. Por este motivo, o estudo da filosofia em História – especialmente, na História da Educação – abre caminho para uma forma de pensamento em que é possível enxergar, em primeiro plano, os homens como responsáveis por suas escolhas e ações e, por conseguinte, pela forma como conduzem suas instituições.

Neste texto, refletiremos sobre a capacidade de escolha do homem na perspectiva educacional. Para tanto, elegemos dois autores clássicos, de perspectivas teóricas e tempos históricos distintos: Tomás de Aquino (1224-1274) e Jean-Paul Sartre (1905-1980). Esta opção tem por objetivo demonstrar que a noção de escolha destes dois pensadores tem muito em comum por analisarem o homem em sua totalidade, como um ser completo.

O caminho metodológico em que nos pautamos é o da História Social, sob a perspectiva de longa duração de Braudel (1978). A nosso ver, o diálogo entre períodos e formas de pensar que, à primeira vista, podem parecer incompatíveis ou contraditórios auxilia a nossa compreensão do homem como ser historicamente constituído. Consideramos importante definir um método de pesquisa e análise não para delimitar o objeto de pesquisa, mas para alargar nosso campo de visão. As questões educacionais não devem ser separadas da natureza do homem; compreender um e outro é relevante para termos clareza dos objetivos pelos quais educamos. Por este motivo, abordaremos o conceito de escolha considerando dois representantes de duas ciências que cumpriram – e ainda hoje cumprem – o papel de educar o ser humano para a convivência social: a filosofia e a teologia. No campo da História da Educação, esse é um entendimento fundamental, pois tanto a filosofia quanto a teologia desenvolveram as práticas de ensino que conhecemos e, também, deram forma às instituições educativas que conservamos – escolas e universidades.

No livro *A evolução pedagógica* de Durkheim (2002), especialmente nos capítulos I e II, é possível observar a concepção do autor a respeito do estudo da História no contexto pedagógico. Segundo o sociólogo, não se trata de mera erudição. “Se saímos do presente, é para voltar a ele. Se fugimos dele, é para vê-lo melhor, entendê-lo melhor” (Durkheim, 2002, p. 21). No início do capítulo II, ressalta: “Com efeito, o presente no qual somos convidados a nos encerrar não é nada por si; é apenas o prolongamento do passado, do qual não pode ser separado sem perder grande parte de todo seu significado” (Durkheim, 2002, p. 22). Sob esta perspectiva, o profissional da pedagogia é aquele que se dedica a compreender a educação e não pode prescindir do conhecimento histórico e dos conceitos nos quais estão alicerçados os métodos de ensino.

Concordamos com Durkheim (1858-1917) quando este afirma que a História é essencial para a formação do educador, pois propicia uma noção ampliada da humanidade e “[...] nos faz entender melhor tudo quanto há de pobre e magro, de enganoso, na noção que podemos obter através da observação imediata de nós mesmos [...]” (Durkheim, 2002, p. 307). Para Durkheim, a História é relevante no sentido de que permite o reconhecimento de que não somos somente o que

aparentamos no presente; temos em nós as humanidades que têm se sucedido no decorrer da história.

Assim, para compreendermos o conceito de escolha analisamos, principalmente, questões da *Suma teológica* e a obra *Unidade do intelecto*, ambas de Tomás de Aquino, e a obra *O existencialismo é um humanismo* de Sartre. A intenção é expor algumas semelhanças entre os pensamentos de um filósofo/teólogo cristão e de um filósofo ateu, examinar o que há de clássico e, portanto, permanente em relação à forma de considerar a capacidade de escolha do ser humano. Contudo, salientamos que nossa preocupação é compreender como estes dois autores conceberam o homem em relação às escolhas, e, portanto, o ateísmo de Sartre e o cristianismo de Tomás de Aquino só nos interessam na medida em que colaboram para esta compreensão. Com efeito, nossa reflexão tem como finalidade apreender a noção de escolha destes autores como algo fundamental para a formação no campo educacional, ou seja, nossa intenção não é tecer críticas ou estabelecer contraposições, mas identificar analogias e permanências.

O homem é senhor de suas ações

Escolher é uma ação individual, porém, universal do ser humano. Todos nós elegemos uma forma de agir em relação às circunstâncias da vida, e, em qualquer tempo histórico, os homens escolhem entre as possibilidades que se lhes apresentam. Se, por um lado, nem sempre esta ação é racionalizada e ponderada, por outro, nela estão presentes, mesmo que de modo imperceptível à primeira vista, os atributos intelectuais de cada ser humano. Por mais que uma escolha possa ser realizada de modo intempestivo, não nos livramos de nossa bagagem de conhecimentos para, então, escolher. Entende-se, dessa maneira, que, se os homens podem eleger uma forma de agir, responsabilizam-se – ou deveriam responsabilizar-se – pelas consequências sociais de suas escolhas. Em outras palavras, o conceito de escolha está diretamente relacionado tanto com o desenvolvimento intelectual de cada ser humano, quanto com sua ação na sociedade. Especificamente, este é o principal motivo por que consideramos a compreensão desse conceito como algo essencial nos estudos em Educação.

Para entendermos a concepção tomasiana de escolha, é necessário termos conhecimento sobre seu tempo histórico. Tomás de Aquino viveu o século XIII, momento em que cidade e comércio tiveram suas atividades intensificadas e o conhecimento e a ciência, gradativamente, expressavam as novas necessidades que surgiam entre os homens (Oliveira, 2007, p. 3). O mestre medieval analisava esta realidade e buscava, neste contexto, desenvolver um pensamento em que a unidade entre razão e fé permeava os conceitos. Muitos aspectos tratados por Tomás de Aquino mantêm, ainda hoje, sua importância, pois expressam características humanas – como, por exemplo, a capacidade de escolher – que não se perderam com o tempo. Com intenções e necessidades distintas das que temos no presente, o autor medieval observava que a capacidade de fazer escolhas era condição fundamental para a formação do caráter e, para que fosse desenvolvida, necessitava do desenvolvimento intelectual.

Ao se referir à concepção de hábito, Tomás de Aquino apontou que a capacidade de escolha é condição fundamental para que haja a necessidade de desenvolver os hábitos. Na questão 49, seção I, parte II da *Suma teológica* – intitulada *Os hábitos em geral quanto à sua substância* e subdividida em quatro artigos –, o mestre medieval explica que são necessários três requisitos para uma coisa se dispor a outra, tal qual alguém se dispõe bem ou mal para algo. O primeiro é que essa

“coisa” seja composta de potência e ato e não exista por si mesma, pois, se assim não for, não haverá lugar para o hábito ou para a disposição, tal como ocorre em Deus. O segundo requisito para que ocorra tanto a disposição quanto o hábito é que o sujeito tenha potência relacionada a mais de uma ação, ou seja, é necessário que haja possibilidade de escolha. O exemplo apresentado é de um corpo celeste que tem, em potência, um único movimento – este não poderá ser sujeito de disposições ou hábitos. O terceiro requisito é que haja condições de comparação entre muitas formas e ações para que o sujeito possa se dispor bem ou mal em relação a estas, ou seja, para que tenha escolha.

Observa-se, portanto, que o argumento utilizado por Tomás de Aquino para comprovar a necessidade do hábito relaciona-se à escolha. Os hábitos e as disposições só podem existir em seres que têm como característica a potência de realizar diferentes ações – boas ou más.

QUANTO AO 2º, deve-se dizer que a potência de algum modo está para muitas coisas: por isso precisa que seja determinada por alguma outra coisa. Se houver alguma potência que não esteja para muitas coisas, não necessita de hábito determinante, como foi dito. É este o motivo por que as forças naturais não exercem suas ações por meio de hábitos, já que por si mesmas estão determinadas a uma só coisa.

QUANTO AO 3º, deve-se dizer que não é o mesmo hábito que está para o bem e para o mal, como mais adiante se verá. Mas é a mesma potência que está para o bem e para o mal. Por isso são necessários os hábitos para que as potências sejam determinadas para o bem (Tomás de Aquino, 2005, p. 47).

Potencialmente, os homens podem agir tanto para o bem quanto para o mal. O que Tomás de Aquino expressa é que o hábito é a forma apropriada para determinar as escolhas humanas para o bem. As denominadas “forças naturais” não são objetos dos hábitos, pois possuem uma potência direcionada a uma única ação, ou seja, não têm escolha. Deus, também, não é ordenado pelo hábito, pois possui existência em si mesmo. Os homens, por outro lado, podem escolher suas ações livremente³.

Ao defender a unidade entre corpo e intelecto em *A unidade do intelecto*, Tomás de Aquino reforça a escolha como algo que torna o homem senhor de suas ações.

Na verdade, nada está em nós a não ser pela vontade; e daí o chamar-se “voluntário” precisamente àquilo que está em nós. Ora, a vontade está no intelecto [...] pela vontade que amamos ou odiamos alguma coisa em geral, por exemplo, quando odiamos o género dos ladrões, como diz Aristóteles na sua *Retórica*. Deste modo, se o intelecto não fizer parte deste homem, ao ponto de formar autenticamente um uno com ele, mas se lhe unir apenas pelas imagens ou como um motor, a vontade não fará parte deste homem concreto, mas do intelecto separado. A ser assim, este homem não será senhor dos seus actos nem nenhum dos seus actos será digno de louvor ou de condenação, o que equivale a despedaçar os princípios da filosofia moral (Tomás de Aquino, 1999, p. 119).

Conforme Tomás de Aquino, a vontade nos move a amar ou odiar e é intrínseca ao intelecto. Está relacionada com a escolha na medida em que leva o homem a

³ O conceito de escolha é diretamente relacionado aos conceitos de livre-arbítrio e vontade. Em síntese, enquanto escolher é um ato próprio do livre-arbítrio, a vontade é o que se deseja concretizar por meio da escolha. Nesse sentido, escolha e vontade ocorrem simultaneamente nos atos humanos, pois só é possível identificar qual escolha foi feita no momento em que se começa a agir. É importante salientar que para estabelecer essas relações de forma adequada seria necessário um trabalho mais extenso; por este motivo, neste texto, não vamos tratar do livre-arbítrio e da vontade de modo aprofundado.

escolher as ações que permitirão que sua vontade se realize. Na questão 6 da *Suma teológica* (I-II, a. 2), o mestre medieval esclarece:

QUANTO AO 2º, deve-se dizer que o homem é senhor de seus atos porque delibera sobre eles. Assim, a vontade pode se dirigir para um e outro fim, porque a razão ao deliberar escolhe entre fins opostos. Por isso, não se encontra nos animais tal voluntário, como foi dito (Tomás de Aquino, 2003, p. 122).

Vemos que, para o autor, o homem se diferencia dos outros animais, também, porque delibera sobre seus atos e escolhe entre fins opostos. Tomás de Aquino deixa claro que o conhecimento é essencial para o exercício da capacidade de escolha. Com efeito, a ignorância, segundo o autor, pode levar o homem a atos involuntários, “[...] porque priva do conhecimento que é exigido para o voluntário. Mas nem toda ignorância priva de tal conhecimento” (Tomás de Aquino, 2003, p. 132). Tomás de Aquino chama a atenção para o fato de que a ignorância, também, pode ser proveniente de um ato de vontade e, neste sentido, não pode ser considerada como motivo para o ato involuntário. Por exemplo, quando, para se livrar de uma acusação, o sujeito opta por desconhecer as leis e normas sociais. Ou, ainda, quando desconsidera e é negligente em relação àquilo que deveria e poderia saber no exercício de uma profissão. As ações provenientes desse desconhecimento não poderiam, segundo Tomás de Aquino, ser consideradas como involuntárias.

Observa-se que a escolha é requisito para determinar algumas características humanas, entre elas a necessidade dos hábitos. São eles que orientarão as escolhas para um agir reto e virtuoso. Assim como os hábitos, as escolhas expressam aquilo que o homem é de fato, pois se manifestam com as ações. Por este motivo, o desenvolvimento intelectual – o conhecimento – é necessário, não somente porque diferencia o homem dos outros animais, mas porque dele dependem as nossas ações. Dessa maneira, as considerações tomasianas sobre a escolha permitem uma reflexão sobre a responsabilidade do homem por seus próprios atos. É, pois, nesta condição de seres humanos responsáveis por nossos atos que somos os artífices e condutores da história. Considera-se, desse modo, a responsabilidade do indivíduo no interior da sociedade, em uma relação de interdependência na qual um não possui existência e significado sem o outro. E, neste ponto, passamos à abordagem do pensamento sartreano. Veremos que, assim como para Tomás de Aquino, para Sartre o homem é senhor de suas próprias ações.

Publicada em 1946, a obra *O existencialismo é um humanismo* pretendia responder às críticas direcionadas ao existencialismo, esmiuçando suas concepções fundamentais. Entre essas concepções, a ideia de escolha pode ser considerada fundamental, pois se vincula tanto à noção de liberdade quanto à de ética. Ao tecer sua resposta às críticas, Sartre aponta que a escolha individual repercute socialmente e disso decorre a responsabilidade por nossos próprios atos.

Inicialmente, é necessário entender que Sartre não mantém seu pensamento estagnado em suas obras. Pelo contrário, há modificações essencialmente vinculadas à maneira pela qual o filósofo compreendia seu próprio papel na sociedade. É importante salientar que essas mudanças no pensamento sartreano estão profundamente vinculadas à realidade que o filósofo vivenciava. Segundo Peter Kampits (2004), Sartre sofre influência da fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938), dos pensamentos de Martin Heidegger (1889-1976) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e das teses básicas do marxismo. Assume esses pensamentos de forma original e os transforma, no sentido de propor uma antropologia do indivíduo em face da sociedade, da totalidade.

O esforço de Sartre por uma explanação ontológica da liberdade humana, com todas as consequências e pretensões existenciais, significa o afirmar-se de uma posição – da qual raramente se trata alhures, na filosofia e literatura do século XX – em torno do ser humano, de suas possibilidades e de seus limites (Kampits, 2004, p. 215).

Assim, a percepção de que o homem, como ser essencialmente livre, realiza suas escolhas no interior de uma sociedade em que outros homens também realizam suas próprias escolhas gera uma responsabilização total do indivíduo em relação a si mesmo e aos outros.

Seria, por isso, uma visão muito restrita, caso se quisesse determinar a filosofia da liberdade de Sartre simplesmente como individualismo antiburguês, situado numa certa proximidade com posições anarquistas, [...]. O pensamento de Sartre, acima e além de todos os desenvolvimentos e princípios vinculados ao tempo, é indubitavelmente uma tentativa de expressar filosoficamente as estruturas, possibilidades e limites da liberdade humana (Kampits, 2004, p. 215).

Observa-se que sua maneira de refletir sobre a realidade em que vivia estava vinculada ao seu tempo histórico⁴, mas as questões que o moviam eram “universais” por envolverem aspectos primordiais da humanidade. A liberdade como conceito e como existência do homem foi abordada por Sartre num contexto em que se acreditava que os indivíduos estavam submetidos a uma ordem política ou religiosa. Tanto a religião quanto a política determinariam as escolhas e dificultariam o exercício da liberdade de fato⁵. No entanto, para Sartre, mesmo inseridos em determinadas situações, os homens – como seres livres por essência – poderiam escolher suas próprias ações.

Ser livre, para Sartre, é ser. A liberdade e a existência não se separam, e, no momento em que o ser humano existe, ele passa a ser responsável por tudo o que faz. Daí sua afirmação de que o “[...] homem está condenado a ser livre” (Sartre, 1978a, p. 9). É condenado, porque não escolhe existir, assim como não pode escolher deixar de ser livre. A situação⁶, os fatos, é que materializam a liberdade, pois geram a resistência, sem a qual ela não se manifestaria.

A concepção sartreana de liberdade considera o conflito como algo próprio das relações inter-humanas e como condição para que a liberdade se manifeste. Neste sentido, o ateísmo de Sartre é essencial para compreender que, em seu entendimento, o homem é plenamente responsável por seus atos e escolhas. Não há justificativas, ou desculpas, não há Deus, ou uma natureza humana à qual atribuir culpa ou responsabilidade. Na peça teatral *As moscas*, Sartre ilustra esse significado da liberdade existencialista, especialmente, na fala de Júpiter quando este informa a Egisto que Orestes sabe que é livre. Egisto, inquieto, diz que não basta prender um homem que sabe que é livre, ao que Júpiter responde: “Quando a liberdade

⁴ “[...] quando eu tinha vinte anos, em 1925, não havia cátedra de marxismo na universidade e os estudantes comunistas evitavam recorrer ao marxismo ou mesmo nomeá-lo nas suas dissertações; teriam sido reprovados em todos os exames. O horror da dialética era tal que o próprio Hegel nos era desconhecido. Certamente permitiam-nos ler Marx, aconselhavam-nos mesmo a sua leitura: era preciso conhecê-lo ‘para refutá-lo’. Mas sem a tradição hegeliana, e sem mestres marxistas, sem programa, sem instrumentos de pensamento, nossa geração, como as precedentes e como a seguinte, ignorava tudo do materialismo histórico. [Nota do autor: É o que explica o fato de que os intelectuais marxistas de minha idade (comunistas ou não) sejam tão maus dialéticos: voltaram, sem sabê-lo, ao materialismo mecanicista]” (Sartre, 1978b, p. 119).

⁵ No caso de se acreditar que a liberdade significa escolher aleatoriamente e de acordo com a vontade. Isto se aproxima de uma voluntariedade que não condiz com a posição de Sartre.

⁶ “O que chamamos ‘situação’ é precisamente o conjunto das próprias condições materiais e psicanalíticas que, numa época dada, definem precisamente o conjunto” (Sartre, 1978a, p. 31).

explode na alma de um homem, os deuses perdem todo o poder sobre ele. Passa então a ser uma coisa puramente humana e só os outros homens podem matá-lo ou deixá-lo viver” (Sartre, 198-, p. 127).

Essa percepção da liberdade, da escolha e da responsabilidade dos indivíduos gera críticas à filosofia existencialista. Conforme Sartre, os marxistas a consideram uma filosofia contemplativa/burguesa que incita ao quietismo e ao individualismo. Os católicos, por sua vez, acusam o existencialismo de inscrever as ações humanas na gratuidade, pois, sem os valores cristãos, o homem poderia fazer o que quisesse sem sofrer nenhum tipo de censura. Em geral, a filosofia existencialista também é acusada de ressaltar o lado pessimista da vida. Entre os argumentos que utiliza para defender sua filosofia, a noção de escolha é recorrente.

O quietismo é a atitude das pessoas que dizem: os outros podem fazer aquilo que eu não posso fazer. A doutrina que vos apresento é justamente a oposta ao quietismo, visto que ela declara: só há realidade na ação; e vai aliás mais longe, visto que acrescenta: o homem não é senão o seu projeto, só existe na medida em que se realiza, não é, portanto, nada mais do que o conjunto dos seus atos, nada mais do que a sua vida. De acordo com isto podemos compreender por que a nossa doutrina causa horror a um certo número de pessoas (Sartre, 1978a, p. 13).

Enfatiza, assim, que o existencialismo se opõe ao quietismo, à apatia, por fundamentar a filosofia na ação humana. A concepção de projeto⁷ só é possível em uma perspectiva em que o homem age e, por meio de suas ações, manifesta ao mundo o que ele é. É ao agir que indicamos ao mundo o que somos e, ao escolher determinadas ações, transmitimos nossa percepção do que é certo ou errado, do que é bom ou mau. Sartre afirma: “Escolher isto ou aquilo é afirmar ao mesmo tempo o valor do que escolhemos, porque nunca podemos escolher o mal, o que escolhemos é sempre o bem, e nada pode ser bom para nós sem que o seja para todos” (Sartre, 1978a, p. 7). Esse comprometimento do indivíduo com a coletividade é apontado pelo filósofo em outros momentos do texto, para demonstrar que o existencialismo, também, não pode ser acusado de desconsiderar o próximo. As escolhas individuais são importantes na medida em que projetam ações que vão causar efeitos que atingem outros, além do próprio indivíduo.

[...] o homem ligado por um compromisso e que se dá conta de que não é apenas aquele que escolhe ser, mas de que é também um legislador pronto a escolher, ao mesmo tempo que a si próprio, a humanidade inteira, não poderia escapar ao sentimento da sua total e profunda responsabilidade. Decerto, há muita gente que não vive em ansiedade; mas é nossa convicção que esses tais disfarçam a sua angústia, que a evitam; certamente muitas pessoas acreditam que ao agirem só se implicam nisso a si próprias, e quando se lhes diz: e se toda gente fizesse assim?, elas dão de ombros e respondem: nem toda gente faz assim. Ora, a verdade é que devemos perguntar-nos sempre: que aconteceria se toda gente fizesse o mesmo?, e não podemos fugir a este pensamento inquietante a não ser por uma espécie de má-fé (Sartre, 1978a, p. 7).

A defesa formulada por Sartre pretende, assim, demonstrar que a filosofia existencialista não incita ao individualismo, muito menos inscreve as ações dos homens na gratuidade. Em outras palavras, é possível observar, nos argumentos do filósofo,

⁷ “O homem é, antes de mais nada, um projeto que se vive subjetivamente, em vez de ser um creme, qualquer coisa podre ou uma couve-flor; nada existe anteriormente a este projeto; nada há no céu inteligível, o homem será antes de mais o que tiver projetado ser” (Sartre, 1978a, p. 6).

que cada indivíduo é absolutamente responsável por si mesmo e pela sociedade. Desse modo, Sartre não trata, especificamente, da educação – formal ou informal –, não indica uma pedagogia, ou um método de ensino. No entanto, em suas formulações, identificam-se muitos conceitos pertinentes à educação, entre eles, o de escolha.

A capacidade de fazer escolhas é algo próprio do homem, como vimos também em Tomás de Aquino, e esta capacidade é exercida de acordo com a situação – apontada por Sartre como condição para que a liberdade se manifeste –, que inclui, também, os conhecimentos que adquirimos no decorrer da vida em nossas relações com o outro.

Para obter uma verdade qualquer sobre mim, necessário é que eu passe pelo outro. O outro é indispensável à minha existência, tal como, aliás, ao conhecimento que eu tenho de mim. Nestas condições, a descoberta da minha intimidade descobre-me ao mesmo tempo o outro como uma liberdade posta em face de mim, que nada pensa, e nada quer senão a favor ou contra mim (Sartre, 1978a, p. 16).

Aprendemos com outros indivíduos a compreender a nós mesmos e a nossa situação, e, neste aspecto, na filosofia existencialista é possível identificar um caminho educacional. Para Sartre, o homem se faz, escolhe sua moral e “[...] a pressão das circunstâncias é tal que não pode deixar de escolher uma” (Sartre, 1978a, p. 18).

A escolha é possível num sentido, mas o que não é possível é não escolher. Posso sempre escolher, mas devo saber que, se eu não escolher, escolho ainda. Isto, embora parecendo estritamente formal, tem uma importância muito grande, para limitar a fantasia e o capricho. [...] o homem encontra-se numa situação organizada, em que ele próprio está implicado, implica pela sua escolha a humanidade inteira, e não pode evitar o escolher: ou ele permanece casto, ou se casa sem ter filhos, ou então casa-se e tem filhos; de qualquer forma, faça o que fizer, é impossível que ele não assuma uma responsabilidade total em face deste problema. Sem dúvida, ele escolhe sem se referir a valores preestabelecidos, mas é injusto tachar isso de capricho. Digamos antes que devemos comparar a escolha moral com a construção duma obra de arte. [...] acaso se censurou já um artista que faz um quadro por não se inspirar em regras estabelecidas *a priori*? (Sartre, 1978a, p. 17-18).

Ao afirmar que a escolha moral é realizada sem referência a valores preestabelecidos, o filósofo destaca que isso não significa um capricho. Compara essa escolha com a do artista que faz um quadro sem seguir regras *a priori*. É importante ressaltar essa comparação, pois nela reside um aspecto fulcral relacionado à história da educação. Para pintar um quadro, um artista formula uma imagem mental daquilo que deseja expressar. E essa imagem mental é constituída sob a influência de diferentes “situações”, entre elas, a formação intelectual e moral do artista. Todo o conhecimento que, realmente, é apreendido, seja na escola, na família, com os amigos, está presente nas escolhas. Se determinados caminhos são desconhecidos, como escolhê-los? O homem nasce, para Sartre, essencialmente livre, com possibilidade de realizar escolhas que não são, necessariamente, conscientes, o que leva a uma indagação: o conhecimento é necessário para as escolhas na concepção sartreana? Na obra *O existencialismo...* não se encontram respostas evidentes para essa indagação⁸; entretanto, é possível realizar algumas considerações.

⁸ Ao contrário de Tomás de Aquino, que deixa evidente o papel do conhecimento para os atos humanos. Mas, aqui, é necessário considerar a intenção da obra de cada autor. Nesta obra de Sartre, o objetivo principal é tecer argumentos às críticas recebidas para a filosofia existencialista. O objetivo educacional claramente presente nos textos de Tomás de Aquino não está evidenciado no texto de Sartre; cabe a nós, no estudo da história da educação, evidenciá-lo.

Segundo Sartre, “[...] o homem é sempre o mesmo em face duma situação que varia e a escolha é sempre uma escolha numa situação” (1978, p. 19). Ao analisar esta concepção, na perspectiva da história da educação, é possível ponderar que a “situação” em que o indivíduo se encontra depende de seu tempo histórico e, também, de sua formação educacional. Não há como desconsiderar que as escolhas se modificam conforme o grau de instrução e, principalmente, de acordo com o conjunto de hábitos no qual um homem é formado. Não se trata de julgar se as escolhas são melhores ou piores, mas sim de constatar que são diferentes, pois pertencem a situações diferentes. É necessário salientar que, quando Sartre define a responsabilidade de cada indivíduo por seus atos, aborda também o conceito de má-fé.

Se definimos a situação do homem como uma escolha livre, sem desculpas e sem auxílio, todo homem que se refugia na desculpa que inventa um determinismo é um homem de má-fé. [...] A má-fé é evidentemente uma mentira, porque dissimula a total liberdade do compromisso. No mesmo plano direi que há também má-fé, escolho declarar que certos valores existem antes de mim; estou em contradição comigo mesmo, se ao mesmo tempo os quero e declaro que se me impõem. [...] os atos dos homens de boa-fé têm como último significado a procura da liberdade enquanto tal (Sartre, 1978a, p. 19).

Observa-se que o filósofo não abre espaço para qualquer tipo de justificativa para as ações de indivíduos que são essencialmente livres. Disso decorre, também, um posicionamento ético em relação àquilo que cada um escolhe fazer de sua própria vida. A percepção de que o homem não age de acordo com valores preestabelecidos – a não ser que seja parte de sua escolha – significa que esses valores não determinarão a ação do indivíduo, mas não que esses valores não existem. De fato, em *As moscas*, o que aflige Egisto é o fato de que Orestes possui o conhecimento de sua própria liberdade. E o homem livre, na concepção sartreana, propaga a liberdade e é reconhecido por ela.

É importante salientar que, de acordo com Sartre, provar ou não a existência de Deus não modifica a condição do homem como responsável por suas próprias ações. E, neste sentido, o existencialismo não é uma filosofia que busca demonstrar que Deus não existe, pois, para o existencialista Deus não representaria um problema – nem uma solução. A questão que se coloca é a da existência do homem como ser essencialmente livre.

Conclusão

No decorrer de nossa reflexão, observamos que a afirmação de que o homem é o senhor de suas ações poderia ser atribuída tanto a Tomás de Aquino quanto a Sartre.

Para o primeiro, o homem nasce com a potência de ser bom ou mau e, por isso, deve desenvolver hábitos que o direcionem para o bem. Os hábitos sim, ou são bons ou são maus e caracterizam as ações humanas como virtudes ou vícios. Ainda para Tomás de Aquino, recebemos as potências de Deus, mas as escolhas, que direcionarão as potências para o ato são responsabilidade do homem. Observa-se que, nesta concepção, os homens são criaturas de Deus, mas a existência de Deus não justifica nem determina suas ações. Estas são determinadas por aquilo que cada sujeito conhece e escolhe. Assim como em Sartre a existência e a liberdade não se separam – e o homem é, fundamentalmente, aquilo que ele faz –, em Tomás de Aquino, mentalidade e materialidade também não existem separadamente. Para estes dois pensadores, o homem materializa em ações aquilo que conhece e escolhe.

A existência de Deus, para Tomás de Aquino, significa que o homem recebe potências e não uma forma de agir predeterminada. A não existência de Deus, para Sartre, significa que a ideia de Deus não pode justificar as ações e escolhas humanas. Ambos não atribuem a Deus as decisões que só podem ser efetivadas pelos homens.

Para Sartre, o homem vive o projeto que designar para si mesmo. A noção de uma moral preexistente, ou de uma natureza humana, só existe para o filósofo em termos de negação. Sartre considera que o homem tomará decisões que têm relação com a situação em que vive, mas, seja em que situação for, terá a possibilidade de escolher o caminho que irá seguir. E, ao escolher o seu próprio caminho, estará escolhendo uma imagem pessoal de humanidade que repercutirá socialmente. E, sob este aspecto, tanto o teólogo medieval quanto o filósofo contemporâneo concordam com Aristóteles, pois afirmam que o homem não escolhe senão aquilo que considera um bem.

Assim, Tomás de Aquino representa e expressa o período em que vive. Propõe uma interpretação do homem de acordo com o conhecimento que havia até então. Sua intenção é explicar a relação do homem com a religiosidade e com Deus. Seus argumentos são verdadeiros e válidos para o seu tempo histórico, pois cumprem a função de explicar o homem de forma universal.

A realidade histórica de Sartre é muito distante da medievalidade. Os conflitos de seu tempo são outros. A obra *O existencialismo...* é publicada após o término da Segunda Guerra Mundial, quando principia o período da Guerra Fria. São “situações” e condições históricas distintas que influenciam, evidentemente, o pensamento dos autores. Mas o que os torna autores clássicos é, principalmente, o fato de pensarem sobre os homens além de seus aspectos imediatos. É essa necessidade de explicar o homem, de argumentar em favor da liberdade de escolha que nos permite vislumbrar aproximações históricas entre os dois pensadores. E, no âmbito da História da Educação, é muito significativo compreender os conceitos filosóficos que “explicam” o ser humano em diferentes períodos para que seja possível, também, assimilar o contexto cultural, econômico, social e político.

Referências

- BRAUDEL, F. 1978. *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 294 p.
- DURKHEIM, E. 2002. *A evolução pedagógica*. Porto Alegre, Artes Médicas, 325 p.
- KAMPITS, P. 2004. Jean-Paul Sartre: entre o absurdo e a liberdade. In: M. FLEISCHER (org.), *Filósofos do século XX*. São Leopoldo, Editora Unisinos, p. 197-217.
- OLIVEIRA, T. 2007. Os mendicantes e o ensino na Universidade Medieval: Boaventura e Tomás de Aquino. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIV, 2007. São Leopoldo, RS. *Anais...* São Leopoldo, Unisinos, p. 1-8. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=14190>. Acesso em: 11/12/12.
- SARTRE, J.-P. 1978a. O existencialismo é um humanismo. In: J.-P. SARTRE, *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, p. 3-32.
- SARTRE, J.-P. 1978b. Questão de método. In: J.-P. SARTRE, *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, p. 111-191.
- SARTRE, J.-P. [198-]. *As moscas*. 6ª ed., Lisboa, Presença, 179 p.
- TOMÁS DE AQUINO. 1999. *A unidade do intelecto contra os averroístas*. Lisboa, Edições 70, 208 p.
- TOMÁS DE AQUINO. 2003. *Suma teológica*. São Paulo, Loyola, vol. III (I-II, q. 6), 543 p.
- TOMÁS DE AQUINO. 2005. *Suma teológica*. São Paulo, Loyola, vol. IV (I-II, q. 49-51), 938 p.

Submitted on February 2, 2012
Accepted on November 12, 2012